



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

GABINETE DA PREFEITA

Ficha Técnica

PREFEITA

RILZA VALENTIM ALMEIDA PENA

SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PAULO SÉRGIO DE SOUZA

COORDENAÇÃO GERAL

RENIVALDO GONÇALVES DA SILVA

Secretário de Planejamento e Orçamento de jan.2009 a dez.2010

RICARDO GUIMARÃES DE ÁVILA

Diretor de Planejamento Estratégico

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA

David Fadul Alves Dias (SEPLAN)

Edson Santos Ramos (SEPLAN)

Eduardo Macedo Fernandes de Souza (SEPLAN)

Iânia Rejane Pereira dos Santos (SEPLAN)

José Carlos Reis (SEPLAN)

Karinna Santos de Almeida Carvalho (SEPLAN)

Titaian Argolo Ximenes (SEINF)

Yuri Wladimiro Ferreira Vieira (SEPLAN)

EQUIPE TÉCNICA EXTERNA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Empresa consultora

CESAR CUNHA CAMPOS

Diretor do projeto

RICARDO SIMONSEN

Supervisor

ANTONIO LUIZ BOGADO FERNANDES

Coordenador



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

GABINETE DA PREFEITA

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	5
CAPÍTULO II	
DOS PRINCÍPIOS DO PLANO DIRETOR	6
Seção I	
Da Função Social da Cidade e da Propriedade	7
Seção II	
Da Sustentabilidade Ambiental	7
Seção III	
Da Preservação e da Conservação do Patrimônio Sócio-Ambiental	8
CAPÍTULO III	
DOS OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR	8
CAPÍTULO IV	
DAS DIRETRIZES GERAIS	8
TÍTULO I	
DAS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO	9
CAPÍTULO V	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	9
CAPÍTULO VI	
DAS DIRETRIZES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	10
CAPÍTULO VII	
DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO	10
CAPÍTULO VIII	
DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	11
Seção I	
Diretrizes de Educação	12
Seção II	
Diretrizes de Saúde e Ação Social	13
Seção III	
Diretrizes de Cultura e Esporte	13
Seção IV	
Diretrizes de Habitação	14
Seção V	
Diretrizes de Segurança	14
CAPÍTULO IX	
DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	14



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

GABINETE DA PREFEITA

CAPÍTULO X

DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO URBANO 15

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO 16

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA..... 16

Seção I

Disposições gerais 16

Seção II

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano 17

Seção III

Conselho Municipal do Meio Ambiente..... 18

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES 18

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 19



LEI MUNICIPAL Nº 198/2011

De 01 de junho de 2011

Institui o Plano Diretor, estabelecendo objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de São Francisco do Conde e adota outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, Estado da Bahia, com amparo no artigo 23 da Constituição Federal e no inciso IV, do art. 75, da Lei Orgânica do Município e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei, com fundamento na Constituição da República, em especial no que estabelecem os seus artigos 30 e 182; na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), na Constituição do Estado da Bahia e na Lei Orgânica do Município de São Francisco do Conde (BA) institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º - O Plano Diretor aplica-se a toda a extensão territorial do Município de São Francisco do Conde.

Art. 3º - As políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei e nas demais Leis que informam o Plano Diretor.

Art. 4º - O Plano Diretor será implementado pela presente Lei e pelo seguinte conjunto de leis:

- I - Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;
- II - Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- III - Código de Obras e Edificações;
- IV - Lei de Perímetro Urbano;
- V - Lei do Abairramento.



.§ 2º Outras leis e decretos poderão integrar o Plano, desde que, cumulativamente:

I - tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento das atividades econômicas;

II - mencionem, expressamente, em seu texto, a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano Diretor;

III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre os seus dispositivos e os desta Lei ou daqueles das outras leis componentes do Plano Diretor, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos dessas leis.

Art. 5º - O Plano Diretor deverá ser revisado e atualizado em um prazo máximo de 10 (dez) anos, bem como terá suas diretrizes e propostas avaliadas e monitoradas, periodicamente, mediante iniciativa específica do Poder Executivo, proposta pela Secretaria de Planejamento, ou do Poder Legislativo, em ambos os casos ouvido o Conselho Municipal do Plano Diretor, criado pelo artigo 75 desta Lei.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS DO PLANO DIRETOR

Art. 6º - O Plano Diretor Municipal de São Francisco do Conde é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, sob o aspecto físico-territorial e sócio-econômico, visando à orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como o atendimento às aspirações da comunidade, sendo a principal diretriz das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico-territorial, de modo a permitir a constante melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 7º - O Plano Diretor de São Francisco do Conde fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - garantia da função social da Cidade e da propriedade;

II - promoção do desenvolvimento sustentado, entendido como o acesso à moradia, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e privados, para as atuais e futuras gerações, de forma ambientalmente correta;

III - garantia da gestão democrática com a participação da população no processo de desenvolvimento da Cidade;

IV - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira aos objetivos do desenvolvimento municipal;

V - preservação e recuperação do ambiente natural e do patrimônio histórico e arqueológico;

VI - inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes;

VII - cumprimento das exigências dispostas na Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como o previsto nas demais leis federais e legislações, estadual e municipal pertinentes;

VIII - justiça social e redução das desigualdades sociais, com o apoio a programas de suporte e inclusão de minorias e dos excluídos.



Seção I

Da Função Social da Cidade e da Propriedade

Art. 8º - A função social da Cidade e da propriedade, no Município de São Francisco do Conde, se dará pelo pleno exercício, por todos, dos direitos aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à preservação do patrimônio histórico e arqueológico, ao saneamento básico, ao transporte público, ao lazer, à informação e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

Art. 9º - Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:

I - intensidade de uso adequada à disponibilidade da infraestrutura, de equipamentos e de serviços;

II - uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio local;

III - aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança;

IV - utilização adequada do terreno, segundo os parâmetros mínimos definidos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo e legislações correlatas.

§ 1º O direito de propriedade sobre o solo não acarreta, obrigatoriamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Executivo, segundo os critérios estabelecidos nesta Lei e na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, respeitados os interesses da coletividade.

§ 2º O Município utilizará os instrumentos previstos nesta Lei e demais legislações pertinentes para assegurar o cumprimento da função social da Cidade e da propriedade.

Art. 10 - Em caso de descumprimento da função social da Cidade e da propriedade descritos pela legislação vigente, deverão ser utilizados os instrumentos da política municipal constantes desta Lei.

Seção II

Da Sustentabilidade Ambiental

Art. 11 - Todas as ações contempladas nesta Lei têm como pressuposto a sustentabilidade ambiental, de acordo com a Constituição da República e demais dispositivos legais de competência federal, estadual e municipal referentes à proteção ao meio ambiente, com o objetivo de assegurar ao Município de São Francisco do Conde os recursos naturais necessários à qualidade de vida das gerações atuais e futuras.



Art. 12 - A Prefeitura, a Câmara Municipal e a comunidade têm o dever de zelar pela proteção ambiental em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação Municipal e das normas adotadas pelo Estado e União.

Seção III

Da Preservação e da Conservação do Patrimônio Sócio-Ambiental

Art. 13 - O desenvolvimento de políticas, programas e/ou projetos setoriais voltados à preservação e conservação do patrimônio sócio-ambiental do Município de São Francisco do Conde deverá atender aos seguintes objetivos:

I - garantir a integridade do patrimônio sócio-ambiental do Município conforme determinam legislações específicas dos órgãos de competência federal, estadual e municipal;

II - fazer respeitar o cumprimento das legislações federais, estaduais e municipais vigentes que tratam do entorno dos patrimônios históricos no território municipal, devendo ser observados os parâmetros urbanísticos e edifícios específicos para cada uma das áreas demarcadas pelos polígonos definidos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo;

III - incorporar a proteção do meio ambiente ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;

IV - aplicar instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do patrimônio sócio-ambiental;

V - conscientizar a população quanto aos valores históricos e ambientais presentes no Município, bem como quanto à necessidade de sua proteção, preservação, conservação e adoção de ações voltadas à sua recuperação, a curto, médio e longo prazos;

VI - impedir ou controlar, na forma da Lei, o funcionamento e a implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem ilegalidade ou risco efetivo ou potencial de dano à qualidade da vida humana e ao patrimônio sócio-ambiental;

VII - estimular o exercício de atividades geradoras de trabalho, emprego e renda nas Unidades de Conservação instituídas no Município, com o objetivo exclusivo de valorizar o meio ambiente.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR

Art. 14 - O Plano Diretor tem como objetivo formular políticas de desenvolvimento municipal sustentável para melhorias na qualidade de vida da população através de ações e incentivos voltados à educação, à atração de investimentos, à introdução de novas tecnologias e à qualificação urbanística e ambiental, abrangendo as estratégias previstas nos arts. 15 a 28, desta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 15 - São diretrizes e objetivos gerais do Plano Diretor Municipal de São Francisco do Conde:



- I - dar conhecimento sobre as áreas aptas, inaptas ou com restrições à ocupação humana;
- II - identificar as tendências de expansão urbana sobre o território, orientando para os vetores de crescimento que não acarretem comprometimentos imediatos ou potenciais;
- III - identificar áreas e usos do solo municipal que possam vir a ser potencializados para ocupação humana ou atividades econômicas;
- IV - valorizar a atividade turística no Município a partir dos seus atrativos naturais e histórico-culturais; bem como potencializar aqueles relacionados às manifestações e usos tradicionais, populares e folclóricos, técnico-científicos e associados a acontecimentos programados, através da otimização do uso do território, permitindo ampliar a oferta de empregos;
- V - otimizar o atendimento do potencial turístico, auxiliando na atração de investimentos e fluxos turísticos nacionais e internacionais;
- VI - munir o Poder Público Municipal com instrumento moderno e eficaz no âmbito da gestão pública, buscando garantir maior agilidade nos procedimentos de consulta e aprovação de projetos, bem como auxiliar no estabelecimento de parcerias tripartites onde atuem o Poder Público, a iniciativa privada e a comunidade;
- VII - estabelecer o bairro como parâmetro de acessibilidade aos serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, bem como local de expressão cultural e de cidadania, considerando a Planta de Abairramento;
- VIII - elevar a qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos;
- IX - promover a justa distribuição dos investimentos públicos e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura;
- X - promover a comunicação ampla para a construção e manutenção de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores econômicos, urbanísticos e ambientais, que permitam o monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento municipal, garantindo plena acessibilidade desses dados a todos os cidadãos;
- XI - Adequar a legislação municipal de modo a promover a acessibilidade de todos os munícipes na estrutura urbana pública e privada, inclusive os cidadãos maiores de 65 anos.

TÍTULO I

DAS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - A consecução do Plano Diretor dar-se-á com base na implementação de políticas setoriais integradas; o uso e a ocupação do solo e do espaço; a temática habitacional; as atividades econômicas existentes e potenciais; a infraestrutura no que concerne à circulação, aos transportes, ao saneamento básico, à energia elétrica e às telecomunicações; a distribuição espacial dos equipamentos coletivos de competência municipal relacionados à educação, à saúde, à segurança pública e a cultura, esporte e lazer; bem como o patrimônio natural, histórico e arqueológico.

Art. 17 - Para garantir a implementação das diretrizes, o Poder Executivo deverá implantar Plano de Ação que estabeleça prioridades e prazos para sua consecução.



Art. 18- Para a consecução dos objetivos do Plano Diretor, a ação pública será direcionada segundo três diretrizes:

- I** – diretriz de desenvolvimento econômico;
- II** – diretriz de desenvolvimento social;
- III** – diretriz de proteção ao meio ambiente;
- IV** – diretriz de desenvolvimento urbanístico,

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 19 - Para a promoção do desenvolvimento regional devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- I** - implementar uma política ambiental regional de geração, coleta e depósito de resíduos domiciliares e industriais que assegure condições de saúde pública e de cumprimento as normas de licenciamento ambiental compatíveis com a melhoria de qualidade de vida da população;
- II** - implementar uma política municipal de preservação das áreas das bacias hidrográficas dos mananciais atuais e futuros, em particular aquelas relacionadas ao abastecimento de água;
- III** - fortalecer o sistema viário visando a mobilidade, a fluidez no trânsito e a segurança viária, de modo a incentivar a implantação e o desenvolvimento de atividades econômicas;
- IV** - criar novos eixos e adotar políticas de transporte coletivo, de forma a propiciar maior velocidade e eficiência nos deslocamentos municipais e intermunicipais, integrando a população local ao mercado de trabalho intra-urbano e regional;
- V** – promover a consolidação regional com a participação do Município, inclusive com a celebração de convênios com os poderes estadual e federal, dando prioridade para melhorias no sistema viário e da atratividade turística e econômica;
- VI** – Fortalecer a atuação na Defesa Civil no Município.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 20 - A diretriz de desenvolvimento econômico, que visa clarificar as vocações dos diversos compartimentos territoriais, acentuando e ativando os seus potenciais no sentido de formação de uma base econômica crescente para a população, compreenderá as seguintes linhas:

- I** - determinar estudos prioritários visando a implantação dos seguintes empreendimentos:
 - a) definição e criação de um pólo de desenvolvimento econômico, estimulando as vocações produtivas municipais.



b) identificação e criação de um núcleo agro-industrial, tendo como finalidade o estímulo e o desenvolvimento da agricultura familiar, de pequeno e médio porte;

II – dar tratamento prioritário aos estudos necessários à implantação e ao desenvolvimento das seguintes iniciativas e projetos:

- a) a ligação São Bento/Santo Amaro, possibilitando maior integração entre aqueles pontos;
- b) construção de terminal rodoviário de modo a melhorar as condições do transporte de passageiros urbano e intermunicipal;
- c) conclusão e implementação de estudos técnicos que viabilizem o abastecimento de água à população;
- d) criação de estruturas visando a produção de gelo, o armazenamento e melhoria das condições comerciais do pescado artesanal de peixes e mariscos;
- e) desenvolvimento da pesca, assim como da industrialização e da comercialização dos produtos pesqueiros;
- f) desenvolvimento de artesanato com design que atenda à procura de turistas;
- g) desenvolvimento do turismo ligado às atividades de contemplação da natureza e de estruturas para esportes náuticos;
- h) incentivo à moradia no Município mediante incentivo à melhoria das escolas, de serviços e saúde e da segurança;
- i) incentivo ao comércio de pequeno e médio porte para atendimento ao turista e morador alternativo;
- j) melhoria da circulação em todo o território municipal, compreendendo a conservação e manutenção da malha de estradas municipais;
- l) fomento ao ensino superior com a viabilização de estruturas;
- m) fomento à atividade turística com modernização e ampliação do parque hoteleiro e capacitação do município com infraestrutura voltada para o turismo;
- n) criação de estruturas visando a prática desportiva com criação e ampliação de áreas apropriadas a desporto de rendimento.

III - garantir a existência de perímetro urbano consolidado, que atenda às necessidades de crescimento da população sobre o território, sem significar custos adicionais de infraestrutura e de serviços públicos à municipalidade;

IV - consolidar a imagem turística da Cidade, promovendo sua identidade como centro receptivo, valorizando os atrativos naturais e histórico-culturais;

V - valorizar a relação do morador com seu bairro e promover a integração da Cidade.

CAPÍTULO VIII

DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 21 - As diretrizes de desenvolvimento social, que visa melhor qualidade de vida da população, compreende as seguintes diretrizes para o planejamento de políticas e ações que promovam:



I - a qualidade do ensino e a qualificação da população para atender ao setor produtivo e ao setor público e ao turismo, visando:

- a) Recuperar e potencializar a educação municipal;
- b) Garantir e ampliar a oferta do ensino superior, tecnológico e profissionalizante, a partir da celebração de convênios e parcerias;

II - a ampliação da oferta de serviços de saúde, com atendimento de excelência, visando:

- a) Gestão plena da saúde, ampliando o acesso da população aos serviços básicos de qualidade, assegurando, seja através da oferta ou em sistema de consórcio intermunicipal, o acesso aos serviços de média e alta complexidade;
- b) Atendimento dos mais necessitados, humanizando o atendimento e estendendo o acesso à assistência social;
- c) Intensificação das ações da vigilância sanitária, prioritariamente em caráter educativo e preventivo;
- d) Formulação e implementação de uma política municipal de segurança alimentar;

III - a utilização de instrumentos que propiciem a participação social no planejamento urbano e na gestão municipal;

IV - a segurança ao cidadão, tendo como meta prioritária a prevenção à violência e o estabelecimento de uma cultura de paz.

Parágrafo único. As estratégias de desenvolvimento social será direcionada para as seguintes áreas:

- I -** Educação;
- II -** Saúde e ação social;
- III -** Cultura e esporte;
- IV -** Habitação;
- V -** Segurança.

Seção I **Diretrizes de Educação**

Art. 22 - São diretrizes da área de Educação, a serem desenvolvidas e implantadas pela Secretaria de Educação sob a Supervisão do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I – desenvolver instrumentos que visem dimensionar e ordenar a rede municipal de ensino;

II – desenvolver e fomentar a implantação e o desenvolvimento de cursos locais de graduação universitária, especialização, extensão, técnicos e profissionalizantes, de modo a promover a contínua melhoria na qualificação para o trabalho, promovendo parcerias com universidades, sociedade organizada, empresas e governos federal, estadual e municipal;



III – desenvolver a realização de cursos de capacitação e qualificação destinados a estimular o empreendedorismo, com o objetivo principal de fomentar micro e pequena atividade econômica e empresarial, bem como a prestação de serviços autônomos.

Seção II

Diretrizes de Saúde e Ação Social

Art. 23 - São diretrizes das Secretarias de Saúde, e de Ação Social, sob a Supervisão do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I - promover a expansão da rede de unidades de saúde, buscando a cobertura de atendimento igualitário, em todo o Município;

II - ampliar o atendimento básico, bem como o Programa de Saúde da Família na área rural e implementar as especialidades na área urbana;

III - respaldar as ações de melhoria na infraestrutura de saneamento básico, com programas de participação e conscientização da população;

IV - desenvolver programas prioritários para as áreas de risco, de forma a minimizar e prevenir a incidência de endemias e pragas urbanas;

V – ampliar as ações diretas de vigilância à saúde, ou seja, a vigilância sanitária e a epidemiológica;

VI – ampliar as condições de apoio e operacionalidade aos programas de saúde mental, saúde da mulher e de atenção ao idoso.

Seção III

Diretrizes de Cultura e Esporte

Art. 24 - São diretrizes da cultura e do esporte, a serem desenvolvidas e implantadas pela Secretaria de Cultura, e de Desporto e Lazer, sob a Supervisão do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I – mapear as atividades e manifestações culturais com possibilidade de aproveitamento;

II – divulgar o acervo histórico-cultural estabelecendo um “corredor cultural” apto à visitação;

III – difundir a importância da restauração e preservação do Patrimônio imaterial, histórico, cultural e arqueológico local;

IV - promover eventos visando à integração individual e social das pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos;

V – promover o cadastramento e o inventário histórico-cultural das igrejas e demais centros religiosos estabelecidos no Município;

VI - promover eventos que despertem interesse no aprimoramento físico e formação da cidadania nas crianças e jovens, através da prática de esportes de mobilização popular e baixo investimento para sua realização.



Seção IV

Diretrizes de Habitação

Art. 25 - São diretrizes da habitação, a serem desenvolvidas e implantadas pela Secretaria de Habitação, sob a Supervisão do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I - priorizar o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas degradadas e de risco ambiental;

II – fazer cumprir as determinações sobre os provisionamentos públicos necessários nas Zonas Especiais de Interesse social (ZEIS), para implantação de programas habitacionais;

III - promover a otimização da infraestrutura e a redução dos custos de urbanização dos programas habitacionais;

IV - coibir o surgimento de assentamentos irregulares, implantando sistema eficaz de fiscalização pela área competente do Poder Executivo, e definindo as condições e parâmetros para regularizar os assentamentos consolidados, incorporando-os à estrutura urbana, respeitado o interesse público e o meio ambiente;

V - promover a adoção de tecnologias eficientes de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentado, para as populações de baixa renda.

Seção V

Diretrizes de Segurança

Art. 26 - São diretrizes da segurança, a serem desenvolvidas sob a Supervisão do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I - implementar as atividades operacionais da Guarda Municipal nas dimensões adequadas para o Município;

II - incentivar a formação de Conselhos Comunitários;

III - atuar no sentido da ação conjunta da Guarda Municipal com as Polícias Militar e Civil sediadas no Município.

CAPÍTULO IX

DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Art. 27 – As diretrizes de proteção ao meio ambiente, que visa a implementação da gestão ambiental, compreende as seguintes diretrizes para o planejamento de políticas e ações que promovam:

I - preservação e conservação do meio ambiente como fonte de sobrevivência para as comunidades;

II - saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos, drenagem urbana;



- III** - preservação e conservação as áreas legalmente constituídas conforme o que determina a Lei orgânica do Município;
- IV** - a garantia a presença de áreas verdes no meio urbano, assim como das reservas legais;
- V** - a garantia da manutenção da qualidade dos recursos hídricos compatível com os usos a que se destinam;
- VI** - melhora do uso da área rural do território com vistas ao melhor desempenho das atividades agro-industriais;
- VII** - respeito à definição das áreas consideradas inaptas ou com restrições à ocupação humana, conforme legislação correspondente, impedindo o assentamento humano em áreas de risco;
- VIII** -garanta da conservação dos manguezais e das fontes naturais de água;
- IX** - estímulo à implantação de atividades produtivas no interior das unidades de conservação, incluindo a APA Joanes/Ipitanga e a APA BTS, respeitados os respectivos planos de manejo e preservado o meio ambiente;
- X** - ampliação e melhora da coleta de resíduos sólidos, estabelecendo alternativas para a sua deposição, respeitando-se a legislação ambiental;
- XI** - implantação de um sistema de coleta com separação de lixo, com a implantação de usina(s) de reciclagem em espaços adequados;
- XII** - qualificação da população local com Programas de Educação Ambiental e Sanitária.

CAPÍTULO X

DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 28 – As diretrizes de desenvolvimento urbano, que visa melhorar as condições de habitabilidade da população e atração de novos moradores e turistas, compreende as seguintes diretrizes para o planejamento de políticas e ações que promovam:

- I** - o desenvolvimento da sede, mediante:
 - a) Estímulo à ocupação em áreas infraestruturadas;
 - b) Ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano e aperfeiçoamento do sistema de fiscalização e licenciamento do uso e ocupação do solo, através da estruturação de setor administrativo específico;
 - c) Ordenamento do uso e da ocupação dos espaços públicos por atividades do comércio informal;
 - d) Medidas administrativas contra a especulação imobiliária, através da aplicação de legislação urbanística e dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
 - e) Reassentamento das populações localizadas em áreas de risco;
 - f) Oferta de moradias e urbanização em áreas de população de baixa renda;
 - g) Qualificação urbanística e ambiental das áreas degradadas e assentamentos precários;



II - nas sedes de distrito e nucleações urbanas, oferta de moradias, de meios de transportes e de equipamentos sociais, de lazer e de apoio ao desenvolvimento das economias locais;

III - na orla marítima, promoção de estrutura para o turismo sustentável,

IV - em todo o território municipal:

- a) Estruturação e qualificação das malhas viárias; e do sistema de transportes;
- b) Preservação do patrimônio histórico e da qualidade paisagística.
- c) Definição na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, da hierarquia do sistema viário, buscando a integração regional e a continuidade da malha viária;
- d) Garantia da mobilidade, com fluidez e segurança, na área urbana;
- e) Qualificação do sistema viário urbano para o uso do pedestre, atendendo a critérios ambientais e de escala;
- f) Estabelecimento de critérios para a implantação do saneamento ambiental na escala do Município;
- g) Estímulo à prática desportiva com projetos de construção de quadras e campos de esporte;
- h) Promoção da melhoria de eficiência da estrutura administrativa municipal com a construção de um centro administrativo.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA

Seção I

Disposições gerais

Art. 29 - Fica criado o Sistema Municipal de Planejamento, para sustentar, em caráter permanente, o processo de planejamento, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor, com a participação das representações institucionais e da sociedade, com os objetivos de:

- I** - identificar as necessidades prioritárias de intervenção pública;
- II** - fornecer subsídios para a elaboração de programas e projetos executivos;
- III** - articular as diversas entidades da administração pública na implementação de programas integrados;
- IV** - estabelecer os meios de operacionalização do Plano Diretor e de sua atualização;



V - possibilitar a participação dos cidadãos e de suas organizações representativas no planejamento municipal e na formulação, controle e avaliação de políticas, planos e decisões administrativas.

Art. 30 - O Sistema Municipal de Planejamento será composto pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Planejamento;

II - Secretaria de Infraestrutura;

III - Secretaria de Meio Ambiente;

IV - representantes de órgãos setoriais, responsáveis pelo planejamento em cada um dos demais organismos da Administração do Município;

V - representantes dos organismos de gestão participativa legalmente instituídos:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

b) Conselho Municipal de Meio Ambiente;

c) Conselhos setoriais.

Art. 31 - O Sistema Municipal de Planejamento terá como suporte:

I - o Sistema Municipal de Informações;

Seção II **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano**

Art. 32 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, colegiado com caráter consultivo e deliberativo, será composto por:

I - representantes do Poder Executivo municipal;

II - representantes de entidades estaduais e federais prestadoras de serviços públicos;

III - administradores distritais, compreendendo, no mínimo, um representante de cada um dos Distritos;

IV - representantes de entidades com finalidade econômica;

V - representantes de entidades sem finalidade econômica.

Art. 33 - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, compete:

I - avaliar a execução do Plano Diretor, seus planos específicos, programas e projetos e redirecionar suas diretrizes;

II - aprovar os projetos estratégicos e de impacto para o desenvolvimento da Sede e do município;

III - realizar debates públicos sobre o planejamento e desenvolvimento urbano, com as organizações representativas de bairros, distritos e povoados;



IV - promover, a cada dois anos, com o apoio da Secretaria Urbanismo e Obras, a Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano;

V - emitir parecer sobre:

a) compatibilidade da legislação orçamentária com as diretrizes e projetos estratégicos do Plano Diretor;

b) projetos de lei, planos e programas de desenvolvimento urbano, bem como os projetos de iniciativa popular;

VI - avaliar propostas para a revisão e atualização do Plano Diretor.

§ 1º Quando houver potencial de significativo impacto ambiental nos assuntos sob sua deliberação, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano encaminhará os processos sob sua apreciação ao Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º Compete à Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano propor diretrizes gerais para implementação da política de meio ambiente e desenvolvimento urbano e monitorar a implementação do Plano Diretor.

§ 3º A cada dois anos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano promoverá audiência pública para dar conhecimento à população do andamento do Plano Diretor, apontar modificações a serem feitas na sua execução e alternativas de desenvolvimento para o Município.

Art. 34 - O regimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será aprovado por ato do Poder Executivo.

Seção III

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Art. 35 - Caberá ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, sem prejuízo das demais competências que lhe forem dadas por lei, opinar sobre o planejamento, o parcelamento e o controle do uso e ocupação do solo, quando houver potencial de significativo impacto ou degradação ambiental.

CAPITULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 36 - Fica criado o Sistema Municipal de Informações, vinculado à Secretaria de Planejamento, como instrumento de apoio e controle social, onde serão consolidadas as informações básicas para o planejamento da Sede e dos povoados.

§ 1º Em cada uma das Secretarias Municipais serão indicados prepostos que fornecerão as informações e responderão pela implementação das medidas e providências determinadas pelo Chefe do Executivo para o Sistema Municipal de Informações.

§ 2º Caberá ao Sistema Municipal de Informações a produção, a atualização, a conservação e a divulgação das informações de interesse para o planejamento urbano e proteção do meio ambiente.



§ 3º O Sistema Municipal de Informações compreenderá as informações básicas para o planejamento urbano da sede e demais povoados, em especial:

- a) O Relatório Final do Plano Diretor;
- b) A legislação do Plano Diretor;
- c) O Cadastro Imobiliário Urbano e respectivos mapas;
- d) O zoneamento fiscal imobiliário.
- e) A Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;
- f) As informações sobre a estrutura e o funcionamento da Administração municipal;
- g) O diagnóstico das condições de moradia, indicando situações de risco, loteamentos irregulares, população sem teto, coabitações, ocupações irregulares, ocupações em áreas de preservação ambiental e carentes de infraestrutura e serviços;
- h) As informações ambientais da Região, incluindo as informações sobre unidades de conservação criadas por qualquer esfera de governo;
- i) O registro histórico-fotográfico municipal.

§ 4º O Poder Executivo permitirá o acesso do público ao Sistema Municipal de Informações, na forma de Regulamento.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37 - A presente Lei, incluídos os anexos, deverá ser disponibilizada de forma permanente para consulta dos cidadãos em portal eletrônico da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, nas bibliotecas públicas municipais, na Secretaria de Gestão Administrativa e na Secretaria de Infra-Estrutura.

Art. 38 - O presente Plano Diretor sofrerá ajustes periódicos, de acordo com as necessidades do desenvolvimento urbano, devendo ser permanentemente monitorado e avaliado quanto à validade das suas proposições e revisado de forma global no período máximo de 10 (dez) anos, após a sua aprovação pela Câmara Municipal, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento.

§1º O Plano Diretor poderá sofrer complementações e ajustamentos, antes do prazo estabelecido neste artigo.

§2º O processo de revisão e de atualização do Plano Diretor será precedido de ampla mobilização da sociedade, conduzido por grupo de trabalho com representação da administração pública e da sociedade civil, para o fornecimento de contribuições e monitoramento dos trabalhos, devendo o referido grupo ser extinto quando da aprovação da revisão.

§3º O material produzido para a revisão será disponibilizado com antecedência para discussão em audiências públicas.

Art. 39 - Não são consideradas revisões do Plano Diretor:



I – as definições listadas neste item, que se farão mediante decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho da Cidade:

- a) A declaração ou revisão de faixa de preservação permanente;
- b) A declaração de tombamento de bem imóvel;
- c) A declaração de árvore como imunes ao corte;
- d) A definição de empreendimentos de impacto;
- e) A definição das atividades potencialmente geradoras de poluição de qualquer espécie;

II – as definições listadas neste item, que se farão mediante decisão do Conselho da Cidade, homologada por ato do Poder Executivo:

- a) a identificação de edificações, obras e monumentos de interesse de preservação;
- b) o estabelecimento de parâmetros urbanísticos complementares, não previstos nesta Lei.

III - os atos que tenham por objeto:

- a) A regulamentação das normas desta Lei;
- b) A aprovação de programas e projetos governamentais;
- c) As decisões exaradas em processos administrativos:
 - 1. De aprovação de projetos e licenciamento de construção de edificações;
 - 2. A implantação de usos considerados especiais;
 - 3. O enquadramento das atividades como de uso permitido, tolerado ou proibido;
 - 4. Os atos e decisões referentes ao parcelamento do solo.

Parágrafo único. As revisões do Plano Diretor não se aplicam aos processos administrativos em curso nos órgãos técnicos municipais, salvo disposição em contrário no texto da revisão.

Art. 40 - A elaboração, pelo órgão competente, dos Planos Plurianuais, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, deve refletir obrigatoriamente as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 41 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 18/2006.

São Francisco do Conde, em 01 de Junho de 2011.

Rilza Valentim de Almeida Pena
PREFEITA

Silmar Carmo da Paixão
Secretária Municipal de Governo

Paulo Sérgio de Souza
Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento